

XXIX CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE SOCIOLOGIA  
29 DE SETEMBRO A 14 DE OUTUBRO DE 2013, FSC, SANTIAGO (CHILE)

## “MOVIMENTOS SOCIAIS, MILITÂNCIA POLÍTICA E ENGAJAMENTO INDIVIDUAL”

GT 20 – SOCIEDADE CIVIL: PROTESTOS E MOVIMENTOS SOCIAIS

**Wilson José Ferreira de Oliveira**

Universidade Federal de Sergipe – Professor Associado I do Departamento de Ciências Sociais –

E-mails: [wjfo2001@ig.com.br](mailto:wjfo2001@ig.com.br)

**Adrielma Silveira dos Santos**

Universidade Federal de Sergipe – Curso de Ciências Sociais

**Gessica Santana Rodrigues**

Universidade Federal de Sergipe – Curso de Ciências Sociais

**Jonatha Vasconcelos Santos**

Universidade Federal de Sergipe – Curso de Ciências Sociais

### **Introdução**

Nos últimos anos tem ocorrido uma expressiva renovação conceitual e metodológica em torno da temática dos movimentos sociais, decorrente, entre outras coisas, da maior discussão e confronto entre as principais vertentes dominantes no estudo de tal temática (OLIVEIRA, 2013a). A dimensão organizacional tem sido um dos aspectos deixado de lado pela produção brasileira, em decorrência da ênfase na questão da institucionalização dos movimentos sociais, entendida, muitas vezes, como cooptação e esvaziamento dos mesmos (GOIRAND, 2009; 2010).

Essa comunicação tem como base uma investigação, ainda em curso, centrada no problema das relações entre as características do contexto político, os repertórios organizacionais, as lógicas de engajamento individual e as gramáticas de construção de causas públicas (OLIVEIRA, 2013b). Dentro dessa problemática mais geral, esse artigo destaca, por um lado, a grande diferenciação regional das organizações vinculadas aos processos de emergência e de difusão do ativismo ambiental no Brasil e, por outro, suas relações com as dinâmicas de emergência e com as formas de construção de causas ambientais.

O material utilizado como fonte de informação consistiu no levantamento de informações e a constituição de um banco de dados sobre 957 organizações não governamentais existentes no Brasil, com base na consulta ao Cadastro Nacional de Instituições Ambientalistas (ECOLISTA) elaborado pelo Instituto de Estudos Ambientais MATERNATURA. Os dados disponíveis em tal cadastro possibilitaram reunir informações relevantes a respeito das organizações vinculadas à defesa do meio ambiente no Brasil, tais como: localização geográfica (estado e região), ano de fundação, fontes e tipos de recursos financeiros, recursos humanos (número de sócios, voluntários e funcionários), participação em fóruns, redes e coalizões de movimentos sociais (locais, nacionais e internacionais). O outro tipo de informação consiste de artigos de jornais, entrevistas com lideranças e trabalhos acadêmicos vinculados a uma investigação sobre as dinâmicas de construção de causas ambientais e sua articulação com diversas reivindicações e demandas sociais e políticas em Sergipe.

### **1. Diversificação e Diferenciação Organizacional do Ativismo**

Em pesquisa anterior, observamos que, no caso do Rio Grande do Sul, do total de

associações existentes entre 1970 e 2004, apenas 18% foram criadas nos anos de 1970, enquanto que um percentual de 82% corresponde às que surgiram entre meados dos anos de 1980 e o início dos anos 2000 (OLIVEIRA, 2005). Tal constatação não parece específica ao caso considerado, pois, quando se examinam os dados disponíveis sobre o período de criação de associações ambientalistas em outros estados e regiões do Brasil, somos remetidos a um padrão similar de surgimento e de expansão do associativismo. Nesse sentido, observa-se que, do total de 957 organizações ambientalistas existentes no Cadastro Nacional de Instituições Ambientistas elaborado pelo Instituto de Estudos Ambientais MATERNATURA, 13,30% foram criadas até finais da década de 1970. No entanto, quando nos reportamos à década de 1980, esse percentual fica em 36,10%, e, na década de 1990, fica em 31,90%. Quando agregamos os dados das décadas de 1980-1990, o percentual de fundação de organizações ambientalistas eleva-se para 67,90%. Com base nisso, pode-se dizer que grande parte das organizações existentes até o ano de 2008 foi fundada justamente nos anos de 1980-1990, já que, posteriormente à década de 1990, esse índice sofre uma clara redução para 18,70%. Uma constatação semelhante pode ser feita quando examinamos as informações disponíveis sobre o associativismo em outras bases de dados. Um bom exemplo disso é o levantamento feito pela ABONG, que comprova que 80,69% das organizações associadas à mesma foram criadas nas décadas de 1980-1990 (ABONG, 2006), evidenciando que isso não se reduz ao caso do ambientalismo. Nesse sentido, pode-se dizer que, em consonância com o que tem acontecido em outros movimentos sociais, os anos de 1980-1990 constituem um dos marcos principais da expansão do associativismo ambientalista brasileiro.

Não obstante as diferenças de abordagens, tanto a literatura nacional quanto a internacional (e mais precisamente, a européia e norte-americana) têm abordado a grande proliferação de organizações ambientalistas ocorrida durante os anos de 1980-1990, em diferentes situações nacionais, como exemplo da tendência geral de institucionalização da ação associativa e de profissionalização de suas atividades. Nesse sentido, tais estudos têm salientado que uma das principais transformações ocorridas na defesa de causas ambientais, a partir do final dos anos de 1980, tem sido a regularização do acesso das associações aos espaços e processos formais de produção de políticas públicas, assim como a profissionalização de seus integrantes e de suas atividades (OLLITRAULT, 2001; ANQUENTIN, 2002; GALLET, 2002; ROOTES, 1999).

Conforme tais abordagens, o crescimento acentuado da quantidade de ONGs conduziu a uma maior dispersão das intervenções e bandeiras de luta das organizações ambientalistas, como também à fragmentação e atomização de suas ações numa infinidade de conselhos, comitês e instâncias formais de proteção ambiental, tanto no âmbito local e regional quanto nacional e internacional. Paralelamente a isso, destaca-se também a diferenciação dos repertórios de ação militante, conforme as vinculações de seus principais dirigentes a redes nacionais e internacionais de organizações e movimentos sociais e a fundações e órgãos de financiamento. Tal diferenciação conduziu, por um lado, à intensificação dos processos de profissionalização de algumas associações, através da contratação de técnicos em caráter permanente com base em recursos obtidos pela adesão às campanhas ambientais propostas por organizações e fontes nacionais e internacionais de financiamento; e, por outro, à maior institucionalização das ações associativas, no sentido de que os espaços e as modalidades de intervenção das mesmas passaram a se concentrar na esfera institucional e com base na utilização de competências técnicas e científicas como os principais recursos de militância. Em decorrência de tais mudanças, os recursos militantes requeridos para a participação regular das ONGs ambientalistas em tais instâncias e para suas intervenções públicas têm como base principal o recrutamento de dirigentes dotados de elevada formação técnica e científica e a utilização de competências de expertise adquiridas através da formação universitária e profissional. Segundo essa literatura, tal aspecto não parece ser uma característica exclusiva do movimento ambientalista, podendo ser igualmente observado na defesa dos direitos humanos e de causas humanitárias (AGRIKOLIANSKY, 2002; SIMÉANT; DAUVIN, 2002), na militância sindical (MATONTI; POUPEAU, 2004; WAGNER, 2004), entre outros.

Para grande parte da literatura nacional, a institucionalização e a profissionalização do ambientalismo também têm se apresentado como um dos traços predominantes nas investigações e análises produzidas pelos principais grupos de pesquisa sobre a problemática ambiental (ALONSO; COSTA, 2002a, 2002b). Esse é o caso daqueles trabalhos que enfatizam a maior difusão e institucionalização da problemática ambiental nas mais diferentes organizações e setores da sociedade (VIOLA, 1992), como também dos que salientam, mais especificamente, a intensificação do processo de profissionalização das organizações ambientalistas e a contratação de técnicos como forma de legitimação de suas atividades e intervenções públicas (LOUREIRO; PACHECO, 1995). Mesmo nos trabalhos que examinam o problema da constituição de mecanismos e instituições de participação na formulação e implementação de políticas ambientais, as análises enfatizam o papel preponderante da expertise como instrumento de imposição e de legitimação das decisões. Seguindo esse tipo de caracterização, algumas perspectivas têm destacado que a rotinização e institucionalização dos procedimentos e a concentração dos processos decisórios nas mãos de poucos especialistas que detêm os conhecimentos técnicos, jurídicos e científicos requeridos constituem os principais fatores responsáveis pela falta de incorporação da participação democrática e igualitária nos processos de formulação e implementação de políticas ambientais (ZHOURI; LASCHEFSKY; PEREIRA, 2005; LEITE LOPES, 2004).

Sem descartar a pertinência desse tipo de análise, um dos aspectos que ainda necessita de aprofundamento em situações como a brasileira diz respeito às diversas formas de configuração do processo de expansão do ambientalismo a partir dos anos de 1980. Assim, quando se examina a distribuição do conjunto de ONGs vinculadas à defesa ambiental no Brasil, observa-se que existem variações significativas em relação à quantidade de organizações existentes, bem como aos recursos financeiros e organizacionais disponíveis para a estruturação e o funcionamento das associações.

Em primeiro lugar, chama a atenção o fato de que a dita profissionalização não constitui algo tão corriqueiro no universo considerado. É o que se constata quando se consideram os principais indicadores de profissionalização do associativismo comumente utilizados pela bibliografia. Nesse sentido, observa-se que, do total de 881 ONGs para as quais se dispõe de informações a respeito, 61,9% não contam com funcionários remunerados para a realização de suas atividades, enquanto que somente em 33,3% dos casos há entre 1 e 10 funcionários trabalhando na associação, e 4,8% são aquelas que têm de 11 a 50 funcionários em seu quadro de pessoal. Tal aspecto condiz com o que se observa em termos do orçamento anual de tais organizações, pois, das 384 ONGs de que se dispõe de informação sobre isso, apenas 20,8% têm orçamento anual de até R\$ 500.000,00 e, em 18% dos casos, o orçamento fica em torno dos R\$ 100.000,00. Já para 61,2% dos casos, esse valor oscila entre R\$ 5.000,00 e R\$ 50.000,00. Sem dúvida, por essas informações pode-se dizer que a grande maioria das ONGs dispõe de um orçamento anual suficiente apenas para aluguel e manutenção de uma sede. São poucas as que têm condições de recrutar e manter um quadro funcional permanente para a realização das tarefas necessárias ao funcionamento da organização. Isso está associado ao fato de que grande parte dessas ONGs depende quase que exclusivamente do trabalho de voluntários para o desempenho de suas atividades.

Como se pode ver, considerando o quadro total de ONGs existentes no Brasil, há uma clara desigualdade em termos dos recursos financeiros e humanos para que as ONGs consigam desempenhar suas atividades de forma profissionalizada. Isso não implica a negação do fenômeno da profissionalização do ativismo, mas apenas exige que se defina com mais precisão onde e a partir de quando tal fenômeno pode ser encontrado no universo investigado. É o que se observa quando as informações acima são examinadas com base na respectiva região onde se encontram localizadas as associações, bem como no período de fundação de tais ONGs.

No que diz respeito à distribuição regional do total de organizações ambientalistas existentes no Brasil, observa-se que 55,1% estão localizadas no Sudeste, 27,1% no Sul, 9,7% no

Centro-Oeste, 5,8% no Nordeste e 2,3% no Norte. Ou seja, enquanto que, num extremo, o total de associações se aproxima de 527 (Sudeste), no outro, esse índice não passa de 22 (Norte). Essa acentuada distinção em termos do número de organizações se desdobra também em marcadas diferenças quanto aos indicadores de profissionalização acima apontados. Desse modo, é também nas regiões Sudeste e Sul que se encontram as organizações que dispõem de maiores orçamentos anuais para organizar suas atividades. Assim, entre as que dispõem de um orçamento de até R\$ 500.000,00, um percentual de 59% corresponde àquelas sediadas no Sudeste, de 20,5% no Sul e de 14,1% no Centro-Oeste, enquanto que no Nordeste esse índice fica em 5,1% e no Norte em 1,3%. Índices praticamente iguais por região são observados nos níveis orçamentários anuais menores, como o de R\$ 100.000,00. Tais diferenças estão associadas também ao tamanho do quadro de pessoal que trabalha nessas ONGs nas respectivas regiões. Quanto a isso, observa-se que, entre as ONGs que dispõem de 1 a 10 funcionários, 56,8% estão sediadas no Sudeste, 25,0% no Sul e 11,6% no Centro-Oeste, enquanto que 4,1% são do Nordeste e 2,1% do Norte. Semelhante observação se aplica ao caso daquelas cujo quadro funcional varia entre 11 e 50 funcionários. Merece destaque nesse caso, e deveria ser objeto de investigações mais aprofundadas, o fato de as regiões Nordeste e Norte apresentarem índices mais expressivos que os anteriores: 56,4% são ONGs do Sudeste, 17,9% do Nordeste, 12,8% do Sul, 7,7 do Norte e 5,1% do Centro-Oeste. Todavia, mesmo com essas pequenas mudanças quanto às variações regionais, chama a atenção o fato de que a existência de associações que dispõem de um quadro funcional expressivo não constitui uma realidade nacional, mas é algo circunscrito e particular a certos estados e regiões.

Além disso, o desafio de dar maior atenção ao âmbito regional pode tomar como ponto de partida o período de fundação de tais associações. Nesse sentido, quando se analisa o período de fundação das organizações ambientalistas conforme sua localização regional, observa-se que é apenas nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste que o índice de fundação de organizações na década de 1980-1990 se aproxima do que tem sido destacado pela literatura. Ou seja, no caso da região Sul, o percentual das organizações que foram fundadas nessas décadas é de 71,40%, no da Sudeste é de 68,20% e no da Centro-Oeste é de 68,30%. Já no caso das regiões Norte e Nordeste, tais percentuais são bem diferenciados. Além de um número bem menor de organizações em relação ao total existente nos outros estados, o período de fundação das mesmas situa-se de forma predominante nos anos de 1990-2000. Assim, observa-se que, na região Nordeste, um percentual de 42,90% corresponde às organizações que foram criadas nos anos de 2000, e de 38,10% àquelas fundadas nos anos de 1990, enquanto que na região Norte esses percentuais são, respectivamente, de 52,90% e de 29,40%. Desse modo, no caso das regiões Norte e Nordeste, são raras as associações criadas durante os anos de 1990 e, quando isso ocorre, trata-se, geralmente, de organizações voltadas à problemática conservacionista e de proteção dos animais.

Quanto a isso, observa-se ainda que tais características estão associadas a diferenças no tocante à articulação das ONGs com redes nacionais e internacionais de movimentos sociais. Nesse sentido, um dos exemplos relevantes é o percentual de organizações que participam do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (FBOMS). Ou seja, do total de ONGs ambientalistas que fazem parte de tal fórum, apenas 1,40% são da região Norte e 3,80% do Nordeste, enquanto que o índice correspondente ao Sudeste é de 63,20%, de 20,30% ao Sul e de 11,30% à região Centro-Oeste.

Tais diferenças não constituem aspectos de pouca importância para a compreensão das condições e dinâmicas de emergência e de constituição das mobilizações ambientalistas no Brasil. Elas remetem a diferenças significativas quanto aos graus e tipos de estruturas e de recursos organizacionais vinculados à defesa de causas ambientais nas respectivas regiões do Brasil. E, como tais, elas demonstram o quanto as caracterizações do ambientalismo brasileiro a partir de tendências de intensificação da institucionalização e da profissionalização não podem ser aceitas como dadas e

evidentes no território brasileiro, na medida em que se observa uma profunda variabilidade nas formas de organização e de funcionamento das organizações ambientalistas.

Tal dimensão de análise é fundamental e deve ser tratada com mais seriedade e atenção, na medida em que os vínculos anteriores, momentâneos e/ou ulteriores estabelecidos com associações, estruturas comunitárias, organizações civis e autoridades sociais nos permitem apreender o conjunto de “recursos materiais (financeiros e infraestrutura) e humanos (ativistas e apoiadores) e de organização (McCARTHY; ZALD, 1977). Isto é, da coordenação entre indivíduos doutro modo avulsos”, que favorece a organização e constitui a base organizacional para as mobilizações coletivas e os movimentos sociais (ALONSO, 2009, p. 52). Dessa maneira, as diferenças entre as regiões quanto ao tipo de estrutura organizacional articulada ao ambientalismo brasileiro não devem ser tomadas como uma divisão entre regiões com maior organização (Sul e Sudeste, principalmente) e aquelas com menor organização (Norte e Nordeste). Caracterizações desse tipo têm sido feitas nas análises das formas de participação, de modo que as respectivas regiões são classificadas em situações nas quais há participação versus aquelas nas quais a participação não existe e que são definidas como não participativas (AVRITZER, 2007).

Contrariamente a isso, pode-se dizer que tal análise nos coloca diante de dois tipos principais de estruturas e de recursos organizacionais: de um lado, regiões em que a emergência do ambientalismo ocorreu no início da década de 1970 e se desdobrou na criação, durante os anos de 1980-1990, de um número significativo de organizações e da maior concorrência entre elas por recursos financeiros e organizacionais de fundações e organizações nacionais e internacionais (LOUREIRO; PACHECO, 1995; OLIVEIRA, 2008); de outro lado, regiões em que a emergência de organizações ambientalistas ocorreu num período mais recente e em que suas estruturas e recursos organizacionais estão intensamente interligados a outros tipos de associações, estruturas comunitárias, organizações civis e autoridades sociais.

Mais do que simplesmente indicar tais diferenças, o desafio principal colocado por tais dados consiste em examinar as condições sociais, políticas e culturais de possibilidade dessa forte diferenciação regional do ativismo ambiental. Como já tem sido assinalado, desde muito tempo, por diferentes vertentes de investigação dos movimentos sociais, elas dizem respeito a traços centrais das estruturas organizacionais e políticas vinculadas aos processos de emergência, de consolidação ou de declínio de coletividades ou grupos mobilizados (PIERRU, 2010; McADAM; McCARTHY; ZALD, 1996).

Por isso, a investigação dos recursos organizacionais e de suas relações com o ambiente político onde estão inseridos os movimentos sociais constitui uma dimensão pertinente para a apreensão de certas diferenças e particularidades quanto aos princípios e graus de estruturação organizacional, das condições de possibilidade e dos processos de emergência e de desenvolvimento de organizações e mobilizações coletivas, não devendo ser vista como sinal de ausência ou falta de organização. Muito mais do que a existência ou não de vínculos com organizações partidárias e com o Estado, o que se observa são diferenças quanto às formas de como se configura tal relação e às estruturas e tipos de instituições e redes sociais que conectam tais universos sociais nas diferentes regiões do país. Com base nisso, é possível uma melhor compreensão das regularidades e das especificidades regionais, bem como de sua relação com certas caracterizações do ambientalismo que se encontram na literatura pertinente.

Sem dúvida, a dimensão organizacional não é suficiente para dar conta de tal desafio. Por isso, é preciso examinar as relações propriamente políticas que podem pesar de maneira favorável ou desfavorável ao surgimento e à diferenciação de mobilizações e movimentos sociais (ALONSO, 2009; TARROW, 2009; MATHIEU, 2002, 2010; TONI, 2001). Isso nos permite justamente evitar o perigo de reduzir a dimensão organizacional a uma mera identificação da quantidade e dos tipos de organizações e de recursos disponíveis, colocando-nos o desafio de dar conta de como eles são

produzidos a partir das interações das organizações e grupos mobilizáveis com o ambiente político: as potenciais coalizões e estratégias adotadas pelos governantes.

Isso implica considerar o modo de estruturação e de funcionamento do sistema político mais amplo como um aspecto inseparável da investigação das condições de possibilidade de mobilizações e movimentos sociais. Nesse sentido, a pesquisa se orienta, em linhas gerais, para a apreensão do modo de estruturação e funcionamento do Estado e respectivas instituições políticas e administrativas, da multiplicidade de atores e aliados e do grau influência e de alinhamentos existentes entre eles, dos conflitos e divisões entre as elites políticas e dirigentes (TARROW, 2009; ALONSO, 2009; McADAM; McCARTHY; ZALD, 1996; TONI, 2001). Como salienta Mathieu (2010), a análise das relações de interdependência entre movimentos sociais e campo político (outros movimentos e organizações sociais, dinâmicas partidárias, eleitorais e administrativas, dispositivos jurídicos, etc.) constitui uma ferramenta fecunda para dar conta tanto dos embates e relações que os separam e distanciam bem como da diversidade de vínculos que os unem e os aproximam.

## **2. Redemocratização, Poluição e Construção de Causas Ambientais**

A existência de organizações e de mobilizações voltadas para a defesa de causas ambientais no Brasil não se reduz à década de 1970 e nem resulta de macroprocessos de difusão internacional, de universalização e de globalização de causas ambientais. Isso porque os discursos e as mobilizações ambientalistas não se desenvolvem acima dos constrangimentos políticos e institucionais particulares que influenciam a adesão e a participação dos respectivos atores sociais na defesa de tais causas.

Nesse sentido, observa-se que, desde o final do século XIX, a defesa de parques nacionais e de espécies animais e vegetais passou a ser objeto de formulações governamentais e da ação desenvolvida por associações ambientalistas em diferentes regiões do Brasil. Isso já foi bem salientado para certos estados das regiões Sudeste e Sul (LOUREIRO; PACHECO, 1995; URBAN, 2001; ALONSO; COSTA; MACIEL, 2007; OLIVEIRA, 2008). E, ao que tudo indica, constitui também um dos traços da emergência do ambientalismo em Sergipe. Semelhantemente ao que ocorreu no âmbito nacional, entre as primeiras formulações em matéria de legislação ambiental de Sergipe está o Código Florestal Sergipano, instituído através da Lei nº 656 de 03 de novembro de 1913. É também em vinculação com isso que se encontram as primeiras manifestações de personalidades contrárias à exploração dos recursos florestais, como é o caso da posição do escritor, jornalista e político Clodomir Silva e de seu Álbum de Sergipe (GUIMARÃES, 2008).

Essa combinação de um contexto político nacional fortemente fechado (TARROW, 2009) com a emergência internacional de uma causa consensual, formada por interesses e reivindicações que dizem respeito à humanidade como um todo (JUHEM, 2001; AGRİKOLIANSKY, 2002), constitui um aspecto recorrente na emergência de uma grande variedade de agências governamentais, organizações, mobilizações e formas de engajamento em defesa de causas ambientais nas diferentes regiões brasileiras.

O combate à poluição constitui também um dos traços recorrentes das principais reivindicações, mobilizações e organizações vinculadas à defesa de causas ambientais que surgiram nas diferentes regiões brasileiras durante a década de 1970, podendo-se distinguir dois padrões principais de mobilização em defesa de causas ambientais: de um lado, a emergência de organizações especificamente voltadas para a defesa ambiental; de outro, a mobilização de estruturas associativas e comunitárias para obter acesso à agenda política de reivindicações econômicas, políticas e sociais diversificadas. Em certo sentido, as formas de configuração do ambientalismo nas diferentes regiões brasileiras resultam de combinações variadas desses dois extremos da luta em defesa de causas ambientais.

A grande maioria dos trabalhos que examinam a gênese e as transformações ocorridas no

ambientalismo brasileiro têm como base o exame das condições e dos processos de formação de organizações e lideranças especificamente voltadas para a proteção ambiental e, de forma predominante, têm como base aquelas que surgiram nas regiões Sul e Sudeste (ANDREOLI, 1992; LOUREIRO; PACHECO, 1995; URBAN, 2001; BONES; HASSE, 2002; ALONSO; COSTA; MACIEL, 2007; OLIVEIRA, 2005, 2008).

A análise das condições de emergência e de transformação das organizações e a caracterização dos padrões e modalidades de carreiras militantes das lideranças ambientalistas possibilitam apreender um conjunto de aspectos vinculados à maior expansão e diferenciação do ativismo ambiental nos últimos anos. Isso porque ela permite evidenciar as relações concretas dos aspectos vinculados às condições de emergência e de transformação da estrutura organizacional e política com as características decorrentes das lógicas sociais do engajamento individual.

No entanto, esse padrão de emergência e de transformação do ativismo ambiental não parece suficiente para explicar uma série de mobilizações que surgiram no país em finais dos anos de 1970 e que, ainda hoje, caracterizam a luta em defesa do meio ambiente. Trata-se daquelas que resultaram da mobilização de estruturas associativas e comunitárias e de organizações políticas e sociais diversificadas com o objetivo de lutar em defesa dos interesses da comunidade, por melhorias nas condições de vida, infraestrutura, urbanização, saúde pública, educação. Tais dinâmicas de mobilização constituem um padrão recorrente de construção de causas ambientais em diferentes regiões do país, desde o início dos anos de 1970.

Em Sergipe, uma das mobilizações emblemáticas dessa forma de luta em defesa de causas ambientais foi a mobilização contra a poluição causada pela implantação da Fábrica de Cimento Portland no bairro América em Aracaju (OLIVEIRA, 2008). Tal bairro ficava próximo à Casa de Detenção de Aracaju e foi povoado em decorrência da vinda constante de parentes dos presos para residir nas proximidades do presídio. No final dos anos de 1960, foi instalada ali a Fábrica de Cimento Portland com a promessa de geração de emprego para a população local. No entanto, pela baixa qualificação da população local, os ocupantes dos principais cargos e ocupações geradas vieram de fora do estado, restando para os que viviam no bairro apenas os baixos salários e a convivência diária com os “impactos negativos decorrentes da poluição atmosférica proveniente da fabricação do cimento” (OLIVEIRA, 2008, p. 89).

Tal situação foi objeto de uma série de ações de denúncia e de busca de soluções para os problemas causados pela poluição por parte da fábrica. Para isso, foi decisiva a atuação de lideranças da Associação dos Moradores e Amigos do Bairro América (AMABA) e do pároco da Igreja São Judas Tadeu, edificada na localidade no ano de 1961. Um conjunto de ações denunciando a poluição causada pela fábrica foi inicialmente desenvolvido pelos próprios moradores durante a década de 1970, através de “abaixo-assinados, passeatas, faixas, pichações nos muros da fábrica, entrevistas aos jornais e emissoras de rádio, depoimentos nas missas, panfletos, carros de som para convocar os moradores para as reuniões, encenações de grupos de teatro nas escolas e cartazes” (ibid., p. 96) e, em 1983, com a criação da própria associação de moradores. No entanto, foi a partir do momento em que tal questão foi assumida pelo pároco da Igreja São Judas Tadeu que ela adquiriu maior “credibilidade e visibilidade”. Além de contar com a adesão de outros grupos da Igreja, as ações de denúncia constantemente feitas pelo pároco durante as missas, a realização de reuniões na paróquia e a promoção de abaixo-assinados possibilitaram trazer a público e chamar a atenção das autoridades e da população em geral para os sofrimentos dos moradores do bairro.

Nesse sentido, aos problemas causados pela fábrica de cimento estava associado um conjunto de sofrimentos que afligiam aquela população desde muito tempo: o completo abandono por parte das autoridades políticas e do Estado, a falta de infraestrutura e de saneamento básico responsável pelas péssimas condições higiênicas e sanitárias, as carências socioeconômicas, materiais e das condições de vida que enfrentavam. Por isso, reconhecia-se que, se a poluição causada pela fábrica era

o “grande contribuinte para os males respiratórios” e até mesmo para os óbitos atestados, sua maior gravidade decorria de estar combinada com esse conjunto de carências que enfrentava a população. Um dos marcos dessa publicização do problema da poluição e de sua vinculação com os sofrimentos enfrentados pela população foi “a missa celebrada na TV pelo frei Florêncio, onde era dado espaço para que os moradores denunciassem os diversos problemas dos quais eram vítimas” (p. 95).

A associação de diversos problemas sociais à temática ambiental com base na utilização de estruturas associativas, comunitárias e religiosas diversificadas para lutar pela melhoria nas condições de vida, infraestrutura, saúde, etc. constitui um padrão característico das dinâmicas de construção de causas ambientais desde os anos de 1970. Em várias regiões do país, a luta contra a poluição constituiu uma forma de acesso à agenda política de questões econômicas, políticas e sociais (LOUREIRO; PACHECO, 1995; URBAN, 2001; BONES; HASSE, 2002; LEITE LOPES, 2004; OLIVEIRA, 2005; ALONSO; COSTA; MACIEL, 2007). Essa forma de combinação de reivindicações de ordens sociais diversificadas nas mobilizações ambientalistas não constitui um traço específico da situação brasileira, podendo-se encontrar padrão semelhante em diferentes situações e contextos políticos nacionais (ROOTES, 1999).

Um dos aspectos importantes desse padrão de construção de causas ambientais diz respeito à forma como combina organizações, lideranças e estruturas comunitárias bastante variadas. Nesse sentido, ele nos mostra os limites das análises do ambientalismo centradas unicamente na investigação das dimensões organizacionais e políticas e dos processos de engajamento individual dos militantes e dirigentes ambientalistas, uma vez que nesses tipos de abordagens tais mobilizações não entram no escopo da investigação. Desse modo, somos conduzidos ao desafio de considerar as dinâmicas de emergência e expansão do ambientalismo no Brasil em suas relações com formas de configuração que resultam de combinações variadas entre as estruturas organizacionais e políticas, os processos de engajamento individual e as dinâmicas de construção de causas ambientais.

## **Conclusões**

Um dos desafios que, ainda hoje, permeia as análises do ambientalismo no Brasil diz respeito à investigação das condições e formas de expansão e de diversificação regional das organizações, mobilizações e protestos em defesa de causas ambientais. Muito pouco tem sido feito a respeito disso, porque grande parte das investigações se centra no estudo de determinadas realidades locais e pressupõe que os acontecimentos ali observados resultam de dinâmicas mais gerais que dizem respeito ao Brasil como um todo. Isso aparece com mais propriedade nas pesquisas realizadas sobre o ambientalismo na região Sudeste. Nesses casos, as características políticas e culturais próprias de tal região são automaticamente tomadas como propriedades do ativismo ambiental no Brasil. Em outros casos, tais tentativas partem de pressupostos políticos e ideológicos que dividem as regiões do país entre aquelas “mais participativas” e as “menos participativas” (AVRITZER, 2007). Por fim, existem ainda aqueles trabalhos que reduzem as perspectivas dominantes na Europa e nos EUA a problemáticas e interpretações “homogêneas” através da importação de conceitos, metodologias e explicações acabadas para dar conta dos fenômenos associados ao engajamento político no Brasil (GOIRAND, 2010).

Esse artigo pautou-se por preocupações bem diferentes. O foco da análise consistiu em questionar algumas generalizações que têm sido feitas sobre o ativismo ambiental, tais como “profissionalização”, “institucionalização”, etc., com base na investigação dos processos diferenciados de emergência e de consolidação do ambientalismo nas diferentes regiões do Brasil. Assim, pôde-se observar que a investigação dos recursos organizacionais e de suas relações com o ambiente político onde estão inseridos os movimentos sociais constitui uma dimensão pertinente para a apreensão de certas diferenças e particularidades quanto aos princípios e graus de estruturação organizacional dos



processos de emergência e desenvolvimento de organizações e mobilizações coletivas. Isso possibilitou a identificação de estruturas organizacionais e políticas vinculadas à defesa de causas ambientais no Brasil que são muito diversificadas e que não correspondem às referidas generalizações. Além disso, as análises dos ativistas e lideranças ambientalistas e de suas dinâmicas de engajamento individual na defesa do meio ambiente possibilitaram apreender o quanto o processo de expansão e diversificação das organizações foi acompanhado por mudanças nas características e nas modalidades e padrões de carreiras militantes daqueles que se engajam nesse tipo de causa. Sendo assim, pode-se dizer que a articulação de análises sobre as estruturas políticas e organizacionais com aquelas voltadas para a apreensão das lógicas sociais do engajamento individual constitui um desafio extremamente relevante para melhor compreender as condições de emergência e de transformação do ambientalismo no Brasil.

No entanto, a incorporação de tal desafio deve levar em conta, também, a necessidade de dedicar maior atenção à investigação dos processos concretos de construção da defesa ambiental como um “problema público” e, principalmente, de sua associação com causas diversificadas (CEFAI, 1996, 2009). Nesse sentido, a análise da dinâmica de construção da poluição como uma problemática ambiental em Sergipe trouxe à tona a presença de estruturas organizacionais e comunitárias e de atores que não estavam voltados especificamente para a proteção ambiental. Longe de constituir um caso isolado, observa-se que, em várias regiões do país, a luta contra a poluição constituiu uma forma de acesso de causas diversificadas à agenda política. Por isso, tomar a expansão e a diferenciação do ambientalismo levando-se em conta apenas as organizações e atores voltados especificamente para a defesa do meio ambiente pode nos conduzir à elaboração de quadros bastante distorcidos e que não dão conta da diversidade de formas que as mobilizações e lutas ambientais tomaram nas diversas regiões no decorrer do tempo.

Nesse sentido, mesmo que diversos estudos tenham demonstrado que o contexto político denominado de abertura política e de redemocratização constitui um marco do processo de expansão e de diferenciação regional do ativismo ambiental no Brasil, isso não quer dizer que as dinâmicas de configuração das formas de mobilização em defesa de causas ambientais sejam idênticas nas diferentes regiões do Brasil. Para isso, é necessário dedicar maior atenção às dinâmicas de configuração do ambientalismo com base na comparação das formas de combinação entre estruturas organizacionais e políticas, dinâmicas de engajamento individual e processos concretos de construção de causas ambientais. Dito de outro modo, tal desafio implica que se considere a emergência de organizações especificamente voltadas para a defesa ambiental e a mobilização de estruturas associativas e comunitárias para acesso de reivindicações econômicas, políticas e sociais diversificadas à agenda política, como aspectos interdependentes da luta em defesa de causas ambientais.

Dessa forma, as análises das condições de emergência e das dinâmicas de transformação do ambientalismo no Brasil poderiam, finalmente, operar uma espécie de “descentramento” (BALANDIER, 2006) em relação às comparações que postulam uma hierarquia valorativa entre as situações que têm mais e as que têm menos organização, participação, mobilização, etc., com base na idealização de certas situações ocidentais como protótipo de organização, de ativismo e de mobilização em defesa de causas ambientais. Trata-se, portanto, de colocar no centro da análise a importância de compreender a mobilização em defesa de causas ambientais em sua conexão com diferentes grupos e espaços sociais, bem como em “lugares” e a partir de “categorias” e “práticas” próprias aos atores, as quais muitas vezes são negligenciadas ou tidas como “não políticas” e até mesmo “apolíticas” (MEMMI, 1985). Desse modo, a comparação se direciona para a apreensão das formas de configuração do ambientalismo como resultado de combinações variadas entre estruturas organizacionais e políticas, modalidades de carreiras de ativistas e pluralidade de modos de constituição de coletividades em defesa de causas ambientais.

Ao que tudo indica, tal desafio ainda está muito distante da produção atual, uma vez que ela persiste em priorizar a importação “homogênea” de problemáticas, conceitos e metodologias das

principais vertentes dominantes, em vez de priorizar o diálogo e o confronto de tais perspectivas com base na investigação concreta das semelhanças e particularidades colocadas pelas condições de emergência e dinâmicas de transformação do ambientalismo no Brasil.

## Referências

- ABÉLÈS, M. & JEUDY, H-P. Introduction. In: M. Abélès & H-P. Jeudy (dirs.). *Anthropologie du Politique*. Paris, Armand Colin, 1997, p. 5-24.
- ANJOS, J. C. G. dos & RUCKERT, A. *Memória e Identidade: as fronteiras da resistência em Cambará*. Porto Alegre, 2006, mimeo.
- BADIE, B. & HERMET, G. *Política Comparada*. México, Fondo de Cultura Económica, 1993.
- BARNES, J. A. Redes Sociais e Processo Político. In: B. Feldman-Bianco. (org.) *Antropologia das Sociedades Contemporâneas*. São Paulo, Global, 1987, p.159-193.
- BARTH, F. Grupos Étnicos e Suas Fronteiras. In: P. Poutignat & J. Streiff-Fenart. *Teorias da Etnicidade. Seguido de Grupos Étnicos e suas Fronteiras de Fredrik Barth*. São Paulo, Ed. da UNESP, 1998, p. 187-227.
- BEAUD, S. & WEBER, F. *Guide de l'Enquête de Terrain*. Paris, 1998, La Découverte.
- BOISSEVAIN, J. Apresentando 'amigos de amigos': redes sociais, manipuladores e coalizações. In: B. Feldman-Bianco. (org.) *Antropologia das Sociedades Contemporâneas*. São Paulo, Global, 1987, p. 195-223.
- CARVALHO, A. P. C. & WEIMER, R. de A. *Família Silva. Resistência negra no bairro Três Figueiras*. Porto Alegre, 2004, mimeo.
- DREWS, A. Alguns Fatos Ocorridos na Missão do Município de Canguçu, R. G. S. Porto Alegre, *IHIELB*, 1948, Livro I. H., 151 (26), 71-78.
- ELIAS, N. Os Estabelecidos e os Outsiders. Sociologia das Relações de Poder a partir de uma Pequena Comunidade. Rio de Janeiro, 2000, Jorge Zahar.
- GONÇALVES, D. A memória na construção de identidades étnicas: um estudo sobre as relações entre "alemães" e "negros" em Canguçu. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre, 2007, PUC-RS.
- McADAM, D., McCARTHY, J. D. & ZALD, M. N. (eds.) *Comparative Perspectives on Social Movements. Political Opportunities, mobilizing structures and cultural framings*. Cambridge/New York, Cambridge University Press, 1996.
- MEMMI, D. L'Engagement politique. In: M. Grawitz & J. LECA (dirs.). *Traité de Science Politique*; V. 3: L'Action politique. Paris, 1985, PUF.
- MERLLIÉ, D. A Construção Estatística. In: P. CHAMPAGNE et al. *Iniciação à Prática Sociológica*. Petrópolis, Vozes, 1996, p. 107-170.
- MONTERO, P. Religiões e Dilemas da Sociedade Brasileira. S. MICELI. (Org.) *O Que Ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995)*. Antropologia (Volume I). São Paulo, Sumaré, Anpocs/Capes, 1999, p. 327-367.
- PÉCHU, C. Laissez Parler les Objets. De l'objet mouvements sociaux aux mouvements sociaux comme objets. In: P. Favre, O. Fillieule & F. Jobarb. *L'Atelier du Politiste. Théories, actions, représentations*. Paris, La Découverte/PACTE, 2007, p. 59-78.

- POLLAK, M. Memória, Esquecimento e Silêncio. *Estudos Históricos*, 3, 1989, p. 3-15.
- POUTIGNAT, P. & STREIFF-FENART, J. Teorias da Etnicidade. Seguindo de Grupos Étnicos e suas Fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo, Ed. da UNESP, 1998.
- RIETH, R. W. Evangélicos de “alma Branca”: os negros e o protestantismo no Brasil. In: I. S. Hock, (Org.). *Brasil: outros 500. Protestantismo e resistência indígena, negra e popular*. São Leopoldo: Sinodal/EST, 1999, p.172-200.
- SAWICKI, F. Les Réseaux du Parti Socialiste. Sociologie d'un milieu partisan. Paris, Belin, 1997.
- SCHWARCZ, L. K. M. Questão Racial e Etnicidade. In: S. Miceli (Org.). *O Que Ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995)*. Antropologia (Volume I). São Paulo: Sumaré, Anpocs/Capes, 1999, p. 267-325.
- TONI, F. Novos Rumos e Possibilidades para os Estudos dos Movimentos Sociais. *BIB*, 52, 2001, p. 79-104.
- WOLF, E. Parentesco, Amizade e Relações Patrono-Cliente em Sociedades Complexas. In: E. Wolf. *Antropologia e Poder*. São Paulo, EDUNICAMP; Brasília, EDUnB, 2003, p. 93-114.